

Alimento deve ser "produto de exceção", defende antropólogo

Levar o princípio da soberania alimentar a sério, defende professor Isidoro Moreno, da Universidade de Sevilha, significa, entre outras coisas, considerar alimentos como "produtos de exceção" e não como uma mercadoria a mais.

*Marco Aurélio Weissheimer- Agencia Carta Maior¹
6 de diciembre de 2004*

Valência - Em setembro de 2004, representantes de 113 países reuniram-se em um encontro para discutir a situação da fome e da pobreza no mundo. Articulada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelos governos do Brasil, Chile, França e Espanha, a declaração final do encontro apontou os objetivos necessários para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável (reafirmando aquilo que foi chamado de "Objetivos do Milênio") e definiu as linhas gerais das políticas que devem ser implementadas para cumprir essa agenda. Países ricos e pobres comprometeram-se a trabalhar juntos para erradicar a pobreza e a fome, eliminar as desigualdades de gênero, a degradação ambiental, e garantir o acesso à educação, à saúde e à água potável. A Aliança Internacional contra a Fome nasceu com o objetivo de alterar o cenário atual, no qual cerca de 24 mil pessoas morrem de fome todos os dias, a metade delas, crianças.

Os objetivos são nobres. No entanto, as políticas patrocinadas hoje por instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) impedem, na prática, que essas boas intenções tornem-se realidade. O diagnóstico é simples: para erradicar a fome e a pobreza no mundo, combater as desigualdades e garantir o acesso universal aos bens fundamentais seria preciso alterar profundamente a atual ordem econômica internacional, baseada em uma fé cega nas forças dos mercados como instrumento privilegiado para enfrentar esses problemas. Ocorre que o combustível que alimenta essas forças é a busca do lucro, da reprodução permanente do capital. E a lógica que regulamenta esse processo não está baseada, absolutamente, em princípios humanitários.

Alimentos como produtos de exceção?

Essa constatação pode ser comprovada pelo modo como se encara hoje o tema da segurança alimentar no mundo. Na conferência de abertura do Fórum Mundial de Reforma Agrária, Isidoro Moreno, professor de Antropologia Social da Universidade de Sevilha, fez uma provocação nesta direção. Para que deve servir a agricultura, perguntou. Para assegurar a segurança alimentar dos povos e sua auto-suficiência alimentar, respondeu. O problema, sustentou Moreno, é que esses princípios são completamente negados pelas políticas apoiadas pela OMC e pelo Banco Mundial. São negados porque essas políticas colocam a abertura dos mercados como eixo central de uma estratégia de desenvolvimento global. E a abertura dos mercados, no caso, o da agricultura, é sinônimo, hoje, de ampliação da hegemonia de grandes

¹ Cobertura jornalística realizada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil

grupos empresariais dos países mais ricos, cuja capacidade de competição é infinitamente maior do que a de pequenos e médios agricultores dos países mais pobres.

A provocação feita por Isidoro Moreno, especialista no tema da identidade do povo andaluz, consistiu em propor que produtos relacionados à manutenção da vida, como os alimentos, fossem considerados como "produtos de exceção" e submetidos a regras distintas daquela que comandam hoje a circulação de mercadorias. A inspiração para esse modelo seria a política de "exceção cultural", adotada pela França para proteger seus valores e bens culturais da avalanche de lixo cultural globalizado a partir dos Estados Unidos. Deste modo, produtos como arroz, milho, leite e carne seriam incluídos em outra agenda de negociações, distinta daquela que freqüenta hoje os corredores dos governos, do Banco Mundial e da OMC. Há escassas chances de uma idéia como essa ganhar vida para além das salas de debates, mas alguns números reforçam a impressão de que ela coloca o dedo na ferida dos defensores do agronegócio como o caminho para a salvação.

O agronegócio cresce, a fome também

Segundo dados da ONU, nos últimos 50 anos, a produção mundial de alimentos cresceu acima da taxa de crescimento da população mundial. Somente entre os anos de 1990 e 1997, a produção per capita de alimentos aumentou cerca de 25%. No entanto, cerca de 830 milhões de pessoas passam fome no mundo. Outros 1,8 bilhões vivem em uma situação de extrema pobreza, alimentando-se com o mínimo suficiente para permanecer vivo no dia seguinte. O dado que joga água no moinho na proposta do professor da Universidade de Sevilha é o de que a imensa maioria dessas pessoas vive em zonas rurais da Ásia, África e América Latina. Cerca de 70% desse contingente populacional sobrevive com uma renda inferior a 1 dólar por dia (cerca de R\$ 2,70, em valores atuais).

E essa legião de seres esquecidos por Deus e pelo mercado possui apenas 1% da propriedade da terra. Três, em cada quatro pobres, vivem no campo, produzindo em precárias condições. Este cenário funciona como uma usina que produz, diariamente, milhares de migrantes que deixam o abandono do campo e vão engrossar os cinturões de miséria nas cidades. Na verdade, esse movimento migratório dá-se, de modo geral, em duas direções: do campo para a cidade e das cidades pobres do hemisfério sul para as cidades ricas do hemisfério norte. Hoje, na esmagadora maioria das grandes cidades européias, uma mesma cena repete-se. Africanos, asiáticos e latinos sobrevivem, legal ou clandestinamente, com empregos de baixa renda, subempregos ou vendendo bugigangas pelas ruas, bares e metrô. E quanto mais essa onda migratória cresce, aumenta também a força política de grupos ultraconservadores que querem barrar a entrada dessas pessoas "indesejáveis".

As implicações do princípio da soberania alimentar

Defendido por organizações como a ONU, a FAO e, ao menos em tese, pelos países que assinaram a declaração em defesa de uma campanha mundial contra a fome, o princípio da soberania alimentar considera a alimentação como um direito humano básico que deveria estar presente nas políticas de todos os governos. A idéia da soberania alimentar implica, entre outras coisas, reconhecer o direito dos povos em

produzir, em seus próprios países, os alimentos necessários para a sua sobrevivência. Nada mais distante disso, lembrou o professor Isidoro Moreno, entre outros conferencistas do Fórum, do que a atual agenda de negociações do comércio internacional que coloca a abertura e a desregulamentação dos mercados como princípio inegociável.

O que propostas como a de Moreno questionam é se há alguma compatibilidade entre princípios como o da soberania alimentar com a implementação de um modelo agrícola comandado por grandes empresas transnacionais do agronegócio, de caráter monopolista, que tratam os alimentos como uma *commoditie* a mais. Ou ainda, se é desejável (e mesmo possível) que um modelo de agricultura como aquele que é praticado atualmente pelos EUA, onde pouco mais de 3% da população vive do cultivo da terra, seja implantado em países pobres da Ásia, África e América Latina? O que seria feito com a população camponesa dessas regiões? Ou seja, falar a sério de soberania alimentar implica, como lembrou o professor espanhol, questionar a atual posição dos alimentos na agenda do comércio internacional. No atual cenário, tratá-los como "produtos de exceção", como defende Moreno, equivale a confrontar diretamente a própria natureza dessa agenda e do modelo político-econômico que a sustenta.